

Pobreza carioca: uma sondagem nos registros de óbitos de fins do século XVIII

Renato Pinto Venancio
DEHIS/UFOP
Pesquisador do CNPq

Conforme é sabido, a ausência de fontes produzidas diretamente por quem vivenciou a dolorosa experiência da pobreza não impediu que historiadores desenvolvessem várias formas de identificar esses grupos nas sociedades do passado. Um dos procedimentos adotados nessas pesquisas consiste em analisar as instituições de caridade. Tal abordagem, quando feita a partir de um enfoque metodológico *serial*, permite que se conheça, pelo menos parcialmente, a população socialmente considerada pobre¹. Por outro lado, a investigação das variações anuais e decenais do número de assistidos informa a respeito de conjunturas específicas, nas quais as fronteiras da pobreza abrangia maior ou menor número de indivíduos.

O presente texto tem por objetivo explorar a riqueza das fontes paroquiais, para o caso específico dos *óbitos de pobres* do Rio de Janeiro colonial². Nossa escolha está longe

¹ Do ponto de vista quantitativo, a delimitação do grupo socialmente considerado "pobre" é problemática. Em tal análise, é necessário definir previamente a opção pela noção de "pobreza relativa", ou seja, *desigualdade*; ou de "pobreza absoluta", ou seja, *fome*; assim como optar pela noção de pobreza "individual" ou "familiar". Em geral, os métodos de avaliação quantitativos baseiam-se em noções "standard" (indicação, por exemplo, de um critério de rendimento médio) ou de "agregação" (combinação de diversas medidas), delimitando assim a "linha da pobreza". Em nosso caso, utilizamos a noção de "pobreza estrutural", procurando identificar o segmento da população que, no momento da morte, dependia da assistência. WOOLF, Stuart. *The poor in Western Europe in the Eighteenth and Nineteenth centuries*. Londres: Methuen, 1986, p. 1-6.

² Há muito, uma criteriosa análise das atas de óbitos da paróquia de Antonio Dias de Vila Rica, 1719-1818, indicou que essa informação era coletada no período colonial. COSTA, Iraci Del Nero. *Vila Rica: população(1719-1826)*. São Paulo: IPE/USP, 1981, pp. 238. Infelizmente, porém, os demais estudos de Demografia Histórica não levaram em conta esse dado.

de ser aleatória. Partimos da hipótese de que a referida cidade conviveu, na segunda metade do século XVIII, com uma gama bastante variada de instituições de caridade, sendo algumas delas destinadas ao enterro de indigentes. Tal situação, em certo sentido, decorria do fato de o Rio ter-se tornado, entre 1763 e 1808, a cidade mais populosa do Brasil colonial³ e uma das cinco maiores da América Latina; época em que seus índices de crescimento foram superiores aos dos principais centros urbanos portugueses.

Infelizmente, porém, é tarefa difícil analisar as várias etapas desse crescimento demográfico. A documentação carioca, além de escassa, apresenta divergências entre uma fonte e outra. Além disso, os cariocas não dispõem - ou pelo menos não foram até agora identificadas - de *listas nominativas*, tais quais as localizadas para São Paulo e Minas Gerais. Os registros eclesiásticos – material clássico dos estudos de Demografia Histórica – indicam apenas os nascimentos, casamentos e óbitos; quando muito, informando o número de indivíduos maiores de sete anos passíveis da comunhão e confissão anual obrigatória.

Para avaliar as variações do número total de habitantes da capital carioca colonial, os historiadores têm recorrido à documentação diversificada, principalmente aquela produzida por vice-reis, oficiais da câmara, cronistas e viajantes. Na Tabela I, reunimos informações populacionais com o objetivo de mostrar que, na década antecedente à chegada da família real, o Rio já havia se tornado o mais importante centro urbano da América portuguesa.

³ O conceito de “urbanização” também apresenta vários sentidos, podendo significar: a) “demographic urbanization”: concentração de população; b) “behavioural urbanization”: surgimento de uma “identidade urbana”, ou seja, de comportamentos e visões de mundo; e c) “structural urbanization”: concentração, em espaços restritos, de atividades coordenadas, como, por exemplo, a produção de mercadorias. VRIES, Jan de. *European Urbanization: 1500-1800*. Cambridge: Harvard University Press, 1984, pp. 10-12. No presente trabalho, utilizamos a primeira definição.

<i>Cidade</i>	<i>1760</i>	<i>1779</i>	<i>1789</i>	<i>1796</i>	<i>1799</i>	<i>1804</i>	<i>1808</i>
Rio de Janeiro	32.746		36.932		43.376		50.144
Salvador	39.466		40.398		40.912		43.147
Ouro Preto				c.20.000		8.867	
São Paulo	c.20.000				21.304	24.311	
Recife		c.15.000					c.25.000
Belém		c.9.000					c.11.000
Curitiba	c.7.000				6.478	7.804	
Porto Alegre		c.2.000					c.6.000

Fontes: JOHNSON, M. H. Money and prices in Rio de Janeiro. *L'histoire quantitative du Brésil*. Paris: CNRS, 1973, p. 44; NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986, p. 65; MORSE, Richard M (ed.). *The urban development of Latin America, 1750-1920*. Stanford: Center for Latin American Studies, 1971, pp. 23-111; COSTA, Iraci Del Nero da. Vila Rica: população(1719-1826). São Paulo: IPE/USP, p. 1979, p. 243; COSTA, Iraci Del Nero da e GUTIERREZ, Horácio. *Paraná: mapas de habitantes, 1798-1830*. São Paulo: IPE/USP, 1985, p 27 e 53; MARCILIO, Maria Luíza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1973, p. 127; Notícias de todos os governos e população do Brasil(1782). *Biblioteca do Palácio da Ajuda*, Lisboa, cód. 54-V-12, n. 5.

Contudo, antes de compararmos os dados das diversas localidades indicadas na Tabela I, cabe salientar que nela não aceitamos as estimativas produzidas por viajantes. Conforme é sabido, tais testemunhos, no caso específico do Rio de Janeiro, eram afetados por especificidades locais. Ao contrário de outros núcleos coloniais -, a capital carioca constituiu-se em território bastante restrito. Espremido entre praias, montanhas e pântanos, o espaço urbano do Rio de Janeiro cobria uma faixa restrita de território. Influenciadas pela forte densidade populacional carioca, a maioria dos viajantes fazia estimativas elevadas, e até mesmo exorbitantes, do número local de habitantes. Assim, Nicoles Louis de la Caille, francês que visitou o Rio em 1751, avaliou em 50 mil a população local; cifra que equivalia a aproximadamente o dobro do que constava da documentação administrativa. Outra estimativa exagerada foi aquela avançada por John Barrow que, em 1792, indicou que a população local era de *60 mil almas*; número atingido somente duas décadas mais tarde. Mais surpreendente ainda foi o caso de James Nelson que, em 1796, permaneceu uma semana no Rio, e, muito impressionado com a intensa movimentação das ruas cariocas,

registrou uma estimativa espetacular: a capital colonial contaria com 200 mil habitantes; cifra, cabe lembrar, cinco vezes mais elevada do que a oficial⁴.

Frente ao testemunho de viajantes, as fontes administrativas são bem mais confiáveis e a razão disso é de fácil compreensão. Os vice-reis e oficiais da câmara necessitavam conhecer em detalhes o número de habitantes e de domicílios, pois dessa informação dependia a cobrança de impostos e o recrutamento militar. A Tabela I, dessa maneira, considera apenas os dados que foram colhidos em documentos oficiais. Na referida tabela, como pode ser percebido, a população de Salvador também é registrada com grande precisão numérica. O mesmo, porém, não pode ser afirmado em relação a outras localidades. Em Ouro Preto, por exemplo, a estimativa populacional de 1796 foi produzida por fonte administrativa portuguesa e conservada no Palácio da Ajuda de Lisboa⁵. Apesar dessa origem, ela é bastante vaga, não indicando as paróquias incluídas na contagem. Problema semelhante é percebido no levantamento populacional de outros centros coloniais. O que, no entanto, não impede de aceitá-las, principalmente quando complementadas por avaliações precisas, avançadas por Maria Luíza Marcílio, Iraci del Nero da Costa e Horácio Gutiérrez.

Se aceitarmos esse conjunto de estimativas, perceberemos que Salvador, até por volta de 1790, era o núcleo urbano mais importante do Brasil colonial. Na referida data, o Rio de Janeiro ultrapassa a antiga capital, talvez refletindo um processo de recuperação econômica que vinha sendo registrado desde a década anterior. À época da chegada da família real, o Rio havia consolidado a supremacia urbana colonial. Em relação às demais

⁴ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro: antologia de textos, 1531-1800*. Rio de Janeiro: José Olympio/EDUERJ, 1999, p. 98 e 217

⁵ Cifra também reproduzida em "mapas de população, Ouro Preto, 1796-1797, Arquivo Público Mineiro, planilhas 2037", RAMOS, Donald. Vila Rica: profile of a colonial brazilian urban center. *The Americas*, vol. XXXV (4), p. 496, 1979.

capitais, essa diferença era ainda mais pronunciada: em 1808, os cariocas eram duas vezes mais numerosos que os recifenses e oito vezes mais que os porto-alegrenses.

Mesmo tomando-se como critério os padrões europeus, o Rio de Janeiro podia ser considerada uma “grande cidade”. Na Tabela III, apresentamos o resultado da comparação entre a evolução populacional carioca e a registrada nos principais centros urbanos portugueses – ou seja, aqueles que na época possuíam mais de dez mil habitantes. Conforme pode ser percebido, Lisboa era, sem sombra de dúvida, a maior cidade do Império português e uma das maiores da Europa. Nem mesmo o devastador terremoto de 1755 conseguiu abalar essa primazia, comprometendo apenas os índices de crescimento local. Quando comparada aos demais grandes centros urbanos metropolitanos, a capital carioca vinha em segundo lugar, apresentando um perfil muito semelhante ao da cidade do Porto, tanto em números absolutos quanto em índices anuais de crescimento populacional. No Novo Mundo, o Rio também ocupava papel de destaque, sendo, na América Latina, superada apenas pela cidade do México, Puebla, Lima e Havana⁶; e, mais ao norte, por Filadélfia e Nova Iorque⁷.

Tabela II. População do Rio de Janeiro e das principais cidades portuguesas (estimativas aproximadas)

<i>Cidade</i>	<i>1750</i>	<i>1760</i>	<i>1800</i>	<i>% de Variação</i>	<i>Média anual</i>
Rio de Janeiro		32.000	43.000	+ 34,3	+ 0,85
Lisboa	185.000		195.000	+ 5,4	+ 0,10
Porto	30.000		43.000	+ 43,3	+ 0,86
Braga	15.000		16.000	+ 6,6	+ 0,13
Évora	15.000		12.000	- 20,0	- 0,40
Coimbra	14.000		15.000	+ 7,1	+ 0,14

Fontes: Tabela I e BAIROCH, Paul et al. *La population des villes européennes: banque de donnés et analyse sommaire des résultats: 800-1850*. Gêneze: Droz, 1988, p. 57.

⁶ Em 1793, a cidade do México possuía 113 mil habitantes; Puebla, 57.090, Lima, 53.000; e Havana, 51 mil. MORSE, Richard. *op. cit.*, p. 23-111.

⁷ Em 1800, Filadélfia possuía 62 mil habitantes, enquanto *New York* contava com 61 mil. NASH, Gary B. The social evolution of preindustrial american cities, 1700-1820. *Journal of urban history*, 13(2), pp.115, 1987.

Tendo em vista o padrão demográfico da época, a ocorrência de um rápido crescimento populacional urbano deve ser visto como algo excepcional. Quanto a isso, basta dizer que, no início do século XVI, uma “grande cidade” européia seria toda aquela que contasse, no mínimo, entre 15 e 20 mil habitantes; ao passo que, no início do século XIX, essa cifra oscilava entre 50 e 70 mil indivíduos⁸. Não era raro, portanto, que, durante a Época Moderna, uma cidade levasse duzentos anos para dobrar o número de habitantes.

O Rio, como vimos, tal qual a cidade do Porto, fugia a esse padrão. A que devemos atribuir esse crescimento? Uma forma de o explicarmos é proporcionada pela análise comparativa. Entre 1750 e 1800, a Inglaterra liderou o processo mundial de urbanização. Da primeira à última data acima mencionada, Londres registrou um aumento populacional de 40%, beirando, no início do século XIX, um milhão de habitantes. Na mesma época, Liverpool e Manchester apresentaram índices de aumento da população extraordinários, vivenciando taxas de crescimento da 5 a 7% por ano. Nesse quadro europeu de urbanização intensa, em segundo lugar, vinha a Rússia, onde Moscou e São Petesburgo registravam, nas referidas datas, taxas de incremento populacional anual da ordem de 2 a 3%.

Ora, de acordo com as pesquisas existentes, as razões que levavam a esse intenso aumento populacional variaram de acordo com a sociedade analisada. No caso inglês, como seria de esperar, a rápida transformação das cidades tinha raízes econômicas, decorrendo da revolução industrial. Já na Rússia, o fenômeno urbano era expressão do processo de *ocidentalização* estimulado pelo governo monárquico⁹.

⁸ MEYER, Jean. Quelques vues sur l’histoire des villes à l’époque moderne. *Annales E.S.C*, n. 29(6), p. 1555, 1974.

⁹ BAIROCH, Paul et al. *op. cit*, p. 267.

O Rio de Janeiro parece se situar no meio termo. Embora a cidade, obviamente, estivesse longe de viver um processo semelhante ao inglês, a expansão da atividade comercial criava condições favoráveis ao crescimento populacional local¹⁰. Por outro lado, os efeitos da “ocidentalização” do espaço urbano carioca não devem ser descartados. Sede da Colônia desde de 1763, o Rio foi alvo de melhoramentos urbanísticos, principalmente no governo do Marquês do Lavradio (1769-1779), fato que deve ter feito do local um polo de atração da elite – que, por sua vez, trazia consigo numerosos escravos -, assim como de homens livres pobres em busca da oferta de trabalho proporcionada pela abertura de ruas, aterros de pântanos e demais obras públicas.

O processo de urbanização em um contexto escravista tinha conseqüências nefastas. À medida que a cidade crescia, os cativos tendiam a substituir os homens livres até mesmo em atividades que tradicionalmente esse grupo dominava, como era o caso do artesanato e do pequeno comércio¹¹. Entre os ex-escravos e seus descendentes, os riscos da pobreza eram ainda maiores, principalmente quando lembramos o caráter excludente da sociedade colonial, voltada preferencialmente para a economia de exportação.

A tabela III ilustra essa situação. Nela é perceptível o fato de que, tendo em vista a quantidade de cativos existentes, inúmeros brancos cariocas não podiam se tornar proprietários de escravos. A dificuldade de se tornarem *senhores* deveria ser ainda mais freqüente entre os negros e pardos livres. A multiplicação dos "homens livres não

¹⁰ A condição de cidade portuária nem sempre favorecia o crescimento demográfico. Às vezes, o inverso é que ocorria, devido ao recrutamento constante de homens adultos para o trabalho marítimo, cujas taxas de mortalidade eram elevadíssimas. Esse dado, aliás, é lembrado para explicar o fraco crescimento demográfico das cidades portuárias francesas: " la mortalité frappe lourdement les milieux maritimes... 60% des gens de mer meurent avant les quarante ans...". BUTEL, Paul. *Européens et espaces maritimes (vers 1690-vers 1790)*. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 1997, p. 178.

¹¹ Em algumas regiões brasileiras esse processo foi muito bem documentado. De acordo com os dados de Douglas Libby, os trabalhadores livres, na sociedade escravista mineira, tendiam a se transformar em *lumpemproletariado*, pois as ocupações produtivas eram quase todas monopolizadas por escravos.

proprietários de escravos" dava origem à pobreza no mundo colonial¹². Ao longo do século XVIII, o crescimento desse segmento pode ser percebido através das constantes queixas das autoridades portuguesas, temerosas das possíveis desordens causadas por desclassificados sociais.

Tabela III. População do Rio de Janeiro – 1799

<i>Condição</i>	<i>N. Abs.</i>	<i>%</i>
Branços	19.578	45,1
Negros e Pardos Livres	8.812	20,3
Negros e Pardos Escravos	14.986	34,5
Total	43.376	100,0

Fonte: Resumo total da população que existia no ano de 1799, compreendidas as quatro freguesias desta cidades do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol XXI, pp. 216-217, 1858.

O já mencionado Marquês de Lavradio, em sua gestão como vice-rei, sistematicamente degredou homens e mulheres pobres para Índia, Moçambique e Angola, ou então, internamente, para Porto Seguro, Santa Catarina e Colônia de Sacramento; o vice-rei também defendeu a criação de *Casas Pias*, tais quais as *workhouses* inglesas, onde os cariocas sem ocupação seriam obrigados a trabalhar¹³. Em outras palavras, de maneira semelhante a outras autoridades coloniais, Lavradio procurou tornar os pobres úteis ao projeto colonial¹⁴.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista - Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 91

¹² Com certeza, não devemos considerar todos os “homens livres não proprietários de escravos” como pobres, pois existiam nesse meio muitos camponeses e artesãos que sobreviviam graças ao trabalho familiar. No entanto, seria absurdo desconsiderar, dadas as características da sociedade escravista, as possibilidades – que não deviam ser pequenas - desses “homens livres” resvalarem na pobreza, SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 63. COSTA, Iraci del Nero. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP Editores, 1992.

¹³ ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil – with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*. Berkeley: University of California Press, 1968, pp. 354 e 436.

¹⁴ SOUZA, Laura de Mello. *op. cit.*, p. 71.

Outro destino reservado aos pobres relacionava-se ao vínculo que eles mantinham com a tradição evangélica. Segundo preceitos bíblicos, reafirmados por teólogos ao longo dos séculos, a pobreza desempenhava um papel fundamental no plano divino: ela permitia o exercício da caridade, a prática da bondade e do gesto misericordioso. Entre ricos e pobres haveria uma complementaridade, pois, se os primeiros possuíam *as chaves da terra, os últimos detinham as do céu*¹⁵.

Tal qual em outras cidades da cristandade, no Rio de Janeiro, a pobreza era vista tanto como fator de desordem e pecado, quanto de graça e salvação. Uma documentação abundante quanto a esse último traço ficou registrada nos testamentos transcritos junto às atas de óbitos cariocas. Nos textos paroquiais, os gestos de caridade, individual ou institucional, eram corriqueiros. Assim, era comum a mencionada documentação registrar testemunhos como o seguinte:

*Declaro que meu corpo será enterrado em Nossa Senhora da Boa Morte e amortalhado no hábito de Santo Antonio e me acompanharão doze clérigos até minha sepultura e será levado meu corpo na tumba da Misericórdia e se lhe dará a esmola costumada e me acompanharão os meninos órfãos e se lhes dará também a esmola costumada*¹⁶

A presença de pobres, tidos como intercessores celestes, era considerada uma forma de garantir a salvação da alma. As esmolas consistiam na retribuição a essa presença e faziam do dinheiro – fonte de pecado na tradição católica – um instrumento da caridade cristã:

Declaro que o meu corpo seja amortalhado em lençol e depois encomendado por meu Reverendo Pároco, levado em

¹⁵ “La véritable complémentarité semble donc résider en ceci que le riche détient les clés de la terre, le pauvre celles du ciel”, SASSIER, Philippe. *Du bon usage des pauvres: histoire d'un thème politique, XVIe-XXe siècle*. Paris: Fayard, 1990, p. 53.

¹⁶ Testamento de Pedro Ferreira, 29/08/1750. Livro de óbitos da Sé, 1746-1758. *Arquivo da Cúria Arquidiocesana do Rio de Janeiro*, s/cód. Grifo nosso.

uma rede por oito pretos pobres que acompanhe até a Igreja S. B. J. do Calvário e nela ser sepultada. Logo na entrada da porta principal da dita Igreja meu testamenteiro dará cada um destes ditos meia pataca¹⁷.

*Declaro e ordeno que meu corpo seja amortalhado no santo hábito da Mãe Santíssima do Monte do Carmo, donde sou terceiro professo, levado em um caixão coberto de preto com toda humildade e sem outro nenhum adorno, carregado por seis pobres e acompanhado de mais de duas dúzias de pobres ... e cujos pobres que me carreguem lhes dará uma pataca por esmola a cada um, e aos outros que me acompanhem se lhes dará seis vinténs de esmola a cada um...*¹⁸.

Embora os valores individuais das esmolas fossem baixos, os recursos totais destinadas a elas não o eram. No exemplo abaixo, que está longe de ser excepcional, o montante destinado a tal fim equivalia a aproximadamente 20% do preço de um escravo adulto¹⁹:

Declaro aos meus testamenteiros da minha fazenda darão por esmola aos pobres no dia de meu falecimento vinte e cinco mil seiscentos réis de esmola, a cada um, de cem réis²⁰.

Valores ainda maiores eram destinados às instituições, como era o caso das irmandades leigas. No exemplo abaixo, a doação total atingiu duzentos mil réis, cifra que quase daria para comprar dois escravos adultos:

Declaro que nesta cidade deixo ... esmolas seguintes a Coração de Jesus na Igreja de São José, a São José, a Nossa Senhora da Glória donde sou Irmão, a Nossa Senhora do

¹⁷ Testamento de Maria Thomasia Rita, 06/05/1794. Livro de óbitos de Santíssimo Sacramento, Catedral, 1790-1798, *Arquivo da Cúria Arquidiocesana do Rio de Janeiro*, s/cód. Grifo nosso.

¹⁸ Testamento de Antonio Carvalho de Oliveira, 31/08/1750. Livro de óbitos da Sé, 1746-1758, *Arquivo da Cúria Arquidiocesana do Rio de Janeiro*, s/cód. Grifo nosso.

¹⁹ Por essa época, um escravo adulto, do sexo masculino, custava 120 mil réis, MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 92.

²⁰ Testamento de Manuel Antunes Lima, 16/02/1750. Livro de óbitos da Sé, 1746-1758, *Arquivo da Cúria Arquidiocesana do Rio de Janeiro*, s/cód. Grifo nosso. Cabe sublinhar que, tendo em conta os valores monetários indicados, o testador esperava que o próprio enterro fosse acompanhado por 250 pobres ...

*Bonsucesso na Misericórdia, a Nossa Senhora da Boa Viagem da outrabanda ... a cada uma desta parte a cinquenta mil réis*²¹.

Conforme é sabido, uma parte significativa desses recursos era aplicada na construção de templos e manutenção dos capelães. No entanto, tais donativos também destinavam-se à edificação de hospitais. No Rio, ao longo do século XVIII, há mesmo uma proliferação dessas instituições, somando-se à antiga Santa Casa da Misericórdia, de 1582, são criados os seguintes estabelecimentos: *Hospital Real Militar* (1727), *Hospital dos Lázaros* (1741), *Hospital da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo* (1743) e *Hospital da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência* (1763)²². Ora, apesar de os dois primeiros estabelecimentos serem fruto de iniciativa do governo metropolitano, podiam receber doações piedosas, tal qual ocorria com presos na cadeia pública carioca:

*Declaro que no dia de meu falecimento dará meu marido testamenteiro a doze pobres na porta a esmola de dois vinténs e mais a doze pobres presos na cadeia a esmola de dois vinténs...*²³.

Graças a doações similares era possível que os hospitais enterrassem os pobres sem cobrarem a seus familiares os custos da cerimônia. Assim, podemos afirmar que, em 1799, dos 1451 óbitos de livres, registrados no Rio de Janeiro, 288 diziam respeito a *enjeitados e pobres falecidos no Hospital da Misericórdia*²⁴. Portanto, em fins do século XVIII, no mínimo, 19,8% da população livre carioca morria em condições de indigência; percentual

²¹ Testamento de Bento Gonçalves dos Santos, 01/01/1750. Livro de óbitos da Sé, 1746-1758, *Arquivo da Cúria Arquidiocesana do Rio de Janeiro*, s/cód.

²² ARAUJO, Achilles Ribeiro. *A assistência médica hospitalar no Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1982, pp. 31-54.

²³ Testamento de Esperança Correa da Conceição, preta forra, 09/04/1750. Livro de óbitos da Sé, 1746-1758, *Arquivo da Cúria Arquidiocesana do Rio de Janeiro*, s/cód. Grifo meu.

²⁴ Resumo total da população. *op. cit.*, p. 216.

que cresceria ainda mais se contássemos com informações dos demais estabelecimentos hospitalares²⁵.

No que diz respeito às análises ao longo do tempo, mesmo se contássemos com os dados hospitalares, teríamos grande dificuldade para a constituição de séries estatísticas devido à ausência de informações a respeito do total de óbitos ocorridos localmente. O mesmo, porém, não pode ser dito quando da análise de paróquias urbanas isoladas. Para alguns períodos, as atas de óbito cariocas não só foram conservadas como também se encontram em bom estado. Nessa documentação, ficavam registradas duas “marcas”, indicadoras da condição de pobreza do indivíduo. Uma delas dizia respeito aos enterros “por amor de Deus”, ou seja, com recursos paroquiais, reproduzindo assim a prática comum aos hospitais; o outro indicador era aquele relativo ao *ser pobre*, sem menção ao pagamento dos custos da cerimônia fúnebre. Vejamos dois exemplos relativos ao primeiro caso:

... faleceu Theodoro Joaquim, casado com Gertrudes Joaquina, natural da freguesia de Magé ...e não constou que fizesse testamento, foi encomendado com licença minha pelo amor de Deus, por se dizer que era pobríssimo de que fiz este assento que assinei²⁶.

Maria da Asumção, mulher solteira, moradora atrás de São Francisco de Paula, na rua do cano... em casa de Ana Maria da Conceição, sua sobrinha, pelo amor de Deus foi encomendada por mim e sepultada em minha Igreja, e não fez testamento, por ser mui pobre de que fiz este assento e o assinei²⁷.

O segundo tipo de ata não indica o enterro gratuito:

²⁵ *Idem*, p. 17. Em relação ao Hospital Real Militar são indicados 77 óbitos, mas, como a própria fonte indica, nesse número estão incluídos não só os indigentes como também os oriundos das “tropas desta cidade”.

²⁶ Ata de óbito, 28/01/1792. Livro de óbitos de Santíssimo Sacramento, 1790-1797, *Arquivo da Cúria Arquidiocesana do Rio de Janeiro*, s/cód. Grifo meu.

... faleceu só com o sacramento da penitência, Clara da Cruz, parda forra, viúva, e não me souberam dizer de quem, **muito pobre, segundo constou, vivia de esmolas**, moradora na Rua do Piolho, foi encomendada com licença minha se sepultada na Igreja do Hospício²⁸.

... faleceu Rosa Maria da Conceição, preta forra, viúva, **não fez testamento por ser pobre**, foi sepultada na mesma freguesia da Sé é moradora na rua da Vala²⁹.

A reunião desses dados permite uma avaliação estatística aproximada da pobreza carioca. Na tabelas IV indicamos, através de uma pequena amostragem, a potencialidade dos registros paroquiais de óbitos.

Tabela IV. Presença de pobres nos registro de óbitos da Catedral do Rio de Janeiro, 1791-1794

<i>Tipo de “marca” de pobreza</i>	<i>N. Abs</i>	<i>%</i>
“enterrado pelo amor de Deus”	3	0,9
“é pobre”	33	9,9
Total	333	100,0

Fonte: Livro de óbitos de Santíssimo Sacramento, 1790-1797, *Arquivo da Cúria Arquidiocesana do Rio de Janeiro*, s/cód

Conforme pode ser observado, o percentual de indigentes enterrados gratuitamente com recursos paroquiais é ínfimo, sugerindo assim que os hospitais - que mantinham cemitérios para isso -, na maioria das vezes desempenhavam essa função. A tabela também indica que a categoria intermediária - constituída por aqueles que não estavam no nível da

²⁷Ata de óbito, 16/09/1792. Livro de óbitos de Santíssimo Sacramento, 1790-1797, *Arquivo da Cúria Arquidiocesana do Rio de Janeiro*, s/cód. Grifo meu.

²⁸Ata de óbito, 20/09/1792. Livro de óbitos de Santíssimo Sacramento, 1790-1797, *Arquivo da Cúria Arquidiocesana do Rio de Janeiro*, s/cód. Grifo meu. É interessante observar que as listas nominativas coloniais distinguem a "mulher pobre" daquela que vivia "de esmolas". Essa última dependia de uma autorização oficial, concessão que não era estendida aos homens, assimilados, quando esmolavam, à condição de "vadios". SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Pobreza feminina no Brasil colonial. *Revista de Ciências Históricas*, v. XI, 1996, p. 93-94.

²⁹Ata de óbito, 27/02/1793. Livro de óbitos de Santíssimo Sacramento, 1790-1797, *Arquivo da Cúria Arquidiocesana do Rio de Janeiro*, s/cód. Grifo meu.

miséria absoluta, mas eram considerados pertencentes a estratos que beiravam a essa condição - era relativamente numerosa:

*... faleceu com todos os sacramentos Antonio Brandão, casado com Bárbara de tal, **homem mui pobre, que vivia do ofício de carpinteiro**, agregado em casa de José Domingues Monteiro, morador na rua Nova do Lavradio assim denominada³⁰.*

*... faleceu da vida presente Francisco Borges Quintal, casado com Rosa Maria das Neves, ambos pardos forros, com todo os sacramentos **que vivia de caixeiro de uma banca de peixe, homem pobre, sem bem algum**, morador na rua Velha³¹.*

Nessa atas, a condição de *não-indigente* também pode ser percebida em razão da indicação da profissão. Em casos limites, pode-se mesmo imaginar que alguns senhores de escravos ingressassem nesse grupo³². Aliás, é sempre bom ter em mente que os cativos domésticos idosos - cujos preços no mercado eram irrisórios - podiam representar uma carga e não uma fonte de trabalho para os domicílios. As doenças e acidentes também suprimiam rendimentos advindos dos escravos de aluguel ou "de ganho". A viuvez ou a separação, por sua vez, lançavam muitas mulheres na condição de pobreza e, com elas, seus cativos³³. Mais importante ainda é o fato de os "óbitos de pobres" - na medida em que incluem segmentos aparentemente integrados à sociedade colonial - permitirem análises de variações conjunturais sensíveis aos processos de empobrecimento.

³⁰ Ata de óbito, 01/10/1792. Livro de óbitos de Santíssimo Sacramento, 1790-1797, *Arquivo da Cúria Arquidiocesana do Rio de Janeiro*, s/cód

³¹ Ata de óbito 20/09/1792. Livro de óbitos de Santíssimo Sacramento, 1790-1797, *Arquivo da Cúria Arquidiocesana do Rio de Janeiro*, s/cód

³² Ao analisar uma lista nominativa de Salvador, relativa ao ano de 1775, Maria Beatriz Nizza da Silva identificou quatro senhoras de escravos classificadas como "pobres", *op. cit.*, p. 95.

³³ Nizza da Silva menciona o caso de um processo de divórcio, identificado no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, datado de 1801, em que a solicitante alega ter sido abandonada pelo marido, que a obrigava a viver do "mendigar dos seus próprios escravos". *Idem*, p. 98.

As atas paroquiais podem ainda ser desdobradas em análises por gênero e condição civil. Na Tabela V, percebe-se a complexidade do mundo da pobreza colonial. Assim, cabe salientar que, pelo menos no meio urbano carioca de fins do século XVIII, a possibilidade de as mulheres morrerem na pobreza era duas vezes superior à dos homens. Entre as solteiras e viúvas, esse índice era quatro vezes maior do que o das casadas, sugerindo dessa forma a razão de muitas cariocas setecentistas aceitarem viver em precárias relações de concubinato, assim como de encaminharem os filhos à *Roda dos Expostos*³⁴. Entre os homens, a situação era inversa: os casados pobres e indigentes eram registrados em uma proporção três vezes mais elevada do que os solteiros. Seria tal situação consequência dos encargos econômicos de manutenção de uma família? Eis uma questão a que somente pesquisas mais profundas, e com documentação mais extensa, poderão responder.

Outros desdobramentos são possíveis. Assim, cabe lembrar que, na paróquia estudada, cerca de 10,8% dos que morreram foram considerados pobres e indigentes. Quando fazemos esse mesmo cálculo exclusivamente entre os forros, o percentual sobe para 16,6%, indicando que o risco dos ex-escravos acabarem na miséria era cerca de 50% mais elevados que o dos livres. A distribuição dos pobres no espaço urbano é outra importante informação presente nas atas. Em nosso levantamento, dezoito delas transcrevem os nomes dos locais de moradia desses indivíduos, sendo que, na maioria dos casos, é indicada a *Rua dos Piolhos*, denominação também presente em outras cidades coloniais e que talvez indique o local de concentração das populações mais carentes.

³⁴ Os dados da paróquia de São José, do centro do Rio de Janeiro, revelam que, durante a segunda metade do século XVIII, cerca de 40% das crianças batizadas localmente eram ilegítimas ou expostas. No primeiro caso, apenas 8,6% dos pais e mães foram registrados nas atas. Em contrapartida, 83,8% das atas indicam apenas o nome da mãe, acrescentando: "filho de pai incógnito". VENANCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papyrus, 1999, p. 90. Ver também: FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 55.

Tabela V. Indigentes e pobres de acordo com o gênero e condição civil nos registros de óbitos da Catedral do Rio de Janeiro, 1791-1794

<i>Mulheres</i>	<i>N. Abs. de óbitos de indigentes e pobres</i>	<i>Total de óbitos*</i>	<i>%</i>
Viúvas	9	49	18,3
Solteiras	15	72	20,8
Casadas	3	52	5,7
Total	27	173	15,6
<i>Homens</i>			
Viúvos	1	19	5,2
Solteiros	1	31	3,2
Casados	7	69	10,1
Total	9	119	7,5

Fonte: Livro de óbitos de Santíssimo Sacramento, 1790-1797, *Arquivo da Cúria Arquidiocesana do Rio de Janeiro*, s/cód.

*excluídas 41 atas de óbitos de crianças.

Last but not least, as atas de óbitos fornecem informações sobre instituições não mencionadas na documentação civil. É isso que lemos no derradeiro registro de Maria Josefa, *viúva, e se não pode saber de quem, moradora na casa dos pobres, foi encomendada de licença ... amortalhada com lençol e sepultada em N.S. dos Homens, de que fiz esse assento e assinei...*³⁵ A pobre Josefa, provavelmente senil, pois antes de falecer nem mesmo sabia dizer com quem havia sido casada, residia, como indica a ata, na *Casa dos Pobres*, instituição desconhecida, até o presente momento, pela historiografia especializada da cidade do Rio de Janeiro.

Enfim, nosso exercício de exploração dos registros paroquiais, diga-se de passagem, não teve por objetivo chegar a conclusões definitivas, mas sim o de procurar demonstrar a riqueza desse tipo de fonte documental para a elaboração de uma história social da pobreza no Brasil colonial.

³⁵ Ata de óbito, 15/12/1792 Livro de óbitos de Santíssimo Sacramento, 1790-1797, *Arquivo da Cúria Arquidiocesana do Rio de Janeiro*, s/cód
